

## Trotsky e as orquídeas selvagens - uma introdução ao pensamento político de Richard Rorty

Flora Tucci<sup>1</sup>

Em seu texto “*Trotsky e as orquídeas selvagens*” (2000), o filósofo Rorty busca fazer um percurso autobiográfico, com o objetivo de tornar claro como chegou às suas concepções concernentes à filosofia e à política.

Rorty relata que aos doze anos de idade os livros mais notáveis na estante de seus pais diziam respeito a Leon Trotsky e continham o relatório da Comissão de Inquérito presidida por John Dewey sobre os julgamentos de Moscou. Por mais que não fossem livros que fascinassem Rorty, ele os via como se fossem uma Bíblia, que continham verdadeiros valores morais.

Rorty afirma:

*Eu cresci sabendo que todas as pessoas descentes eram, se não trotskistas, pelo menos socialistas (...) eu sabia que os pobres seriam sempre oprimidos até que o capitalismo fosse superado (...) e, assim, aos doze anos, eu sabia que o objetivo de sermos humanos era passar a vida lutando contra a injustiça social”* (Rorty, 2000: 150-151)

Concomitantemente a esses ideais, Rorty tinha outros interesses que não diziam respeito à justiça social, nem tinham caráter político ou transformador. Eles eram interesses privados, que diziam somente respeito a um bem estar pessoal. Um desses interesses estava relacionado às orquídeas selvagens localizadas nas montanhas da região noroeste de New Jersey. Rorty sabia tudo a respeito delas: onde cresciam, seus nomes em latim, época de floração etc. As orquídeas suscitavam nele uma grande atenção e desejo de conhecê-las profundamente. Algo o fazia crer na extrema importância destas flores.

No entanto, sentia-se desconfortável com o tamanho interesse que tinha nestas orquídeas, que eram socialmente inúteis.

Aos quinze anos, quando ingressou na Faculdade (na Hutchins College da Universidade de Chicago), Rorty tinha o projeto de buscar uma conciliação entre Trotsky e as orquídeas selvagens: tinha o objetivo de juntar seus interesses privados com seus interesses públicos. *Eu*

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), psicanalista e bolsista do projeto Ética e realidade atual: o que podemos saber, o que devemos fazer ([www.era.org.br](http://www.era.org.br)).

*queria encontrar um jeito de ser, ao mesmo tempo, um intelectual, um esnobe espiritual, e um lutador pela causa da justiça* (Rorty, 2000: 153).

Rorty afirma que a perspectiva que prevalecia na Universidade de Chicago no período de seu ingresso era uma visão neo-aristotélica, sendo o alvo de maior crítica o filósofo pragmático John Dewey. A crítica dizia respeito ao relativismo, à falta de absolutos. O corpo docente da Universidade tinha um grande número de refugiados de Hitler. Eram eruditos que defendiam a necessidade de algo mais consistente do que as ideias de Dewey para conseguir refutar o nazismo e defender uma opção social-democrata.

*Isso soava muito bem aos meus quinze anos de idade, pois os absolutos morais e filosóficos pareciam um pouco com as minhas amadas orquídeas: numinosos, difíceis de encontrar, conhecidos por apenas alguns pouco eleitos* (Rorty, 2000: 154). Ademais, questionar Dewey tinha um caráter de rebeldia juvenil, pois ele era um herói para seus pais e amigos próximos.

Neste percurso por busca de absolutos que pudessem dar conta de seu projeto de encontrar um bem universal que conciliasse a sua ideia de justiça social e seus interesses privados e excêntricos, Rorty afirma que:

*Quanto mais filósofos eu lia, mais me parecia claro que cada um deles poderia fazer suas posições se referirem a princípios primeiros que eram incompatíveis com os princípios primeiros de seus oponentes, e que nenhum deles havia jamais alcançado aquele lendário lugar “além das hipóteses”. Parecia não haver nada como um ponto de vista neutro a partir do qual esses primeiros princípios alternativos poderiam ser avaliados. Mas se não havia um ponto de vista neutro, então toda a ideia de “certeza racional” e toda a ideia socrático-platônica de substituir a paixão pela razão não pareciam fazer muito sentido* (Rorty, 2000 :157).

A partir de tal constatação, Rorty viu-se em uma trajetória de busca de novas formulações coerentes e convincentes quanto ao papel desempenhado pela filosofia. Nesta trajetória, onde fizeram parte Hegel e Proust, Rorty retoma ao pensamento de John Dewey.

No momento de reencontro com Dewey, aquela visão unificada, que motivou Rorty no início de sua vida universitária estava cada vez mais distante de ser encontrada:

*Dewey pensava, como eu penso agora, que não havia nada mais amplo, mais permanente e mais confiável por trás de nosso sentido de obrigação moral para com os que sofrem do*

*que um certo fenômeno histórico e contingente – a gradual disseminação da noção de que a dor alheia importa para nós, independentemente do fato de que os que sofrem sejam da mesma família, da mesma tribo, da mesma religião, da mesma nação, ou que tenham as mesmas crenças que nós. Isso, pensava Dewey, não pode ser demonstrado pela ciência, pela religião, ou pela filosofia – pelo menos não pode ser “demonstrado” no ‘sentido de capaz de ser tornado evidente para qualquer um, independente do contexto’ (Rorty, 2000: 164-165).*

Destas constatações, Rorty defende a importância da distinção entre a esfera pública e a esfera privada, e é a partir de tal distinção que formula sua concepção sobre a solidariedade.

As tentativas de fundir o público e o privado são tentativas de *conjugam uma luta pela perfeição com um sentido da comunidade [que] exigem que reconheçamos a existência de uma natureza humana comum* (Rorty, 1989: xiii).

Contudo, defender que não é necessária a fusão entre a esfera pública e a esfera privada, defender que não existe uma natureza humana comum não significa que precisamos nos desfazer de qualquer tipo de referência à solidariedade humana, já que somos seres sociais e estamos a todo o momento nos relacionando com outros seres humanos.

Não há como buscar na natureza humana (que é tão peculiarmente privada) os fundamentos e justificativas para sermos justos e bons com as outras pessoas. Não há como compreender a existência de uma forma universal em nós que acabe por gerar uma hierarquia de responsabilidades para com os outros. Contudo, isso não significa dizer que a solidariedade humana deveria ser desconsiderada: o que deveria mudar é a forma de ser compreendida.

Dessa maneira, Rorty tenta se desfazer da concepção de que uma sociedade deveria estar pautada em fundamentos que convergiriam para uma Verdade, para valores pré-existentes e pré-estabelecidos. Isso pode ser chamado de abandono do universalismo em substituição por uma compreensão cada vez maior da diversidade dos nossos intuítos privados, e que o acordo entre nós, seres humanos, deve ser compreendido como resultado dessa riqueza de intenções.

Certamente podemos concordar acerca do que compreendemos por justiça social, sobre a diminuição da crueldade, não como um resultado da descoberta de algo igualmente existente em todos nós, mas como consequência de encontros livres e abertos de nossas peculiares e contingentes concepções.

Sob esse ponto de vista, não há um impedimento de que se possa ter um progresso moral. Na verdade, o autor defende que este deve existir e que este vai efetivamente em direção a uma maior solidariedade humana:

*(...) Tal solidariedade não é pensada como sendo o reconhecimento de um eu central, da essência humana em todos os seres humanos. É antes pensada como sendo a capacidade de ver cada vez mais diferenças tradicionais (de tribo, religião, raça, costumes etc) como não importantes, em comparação com semelhanças no que diz respeito à dor e à humilhação – a capacidade de pensar em pessoas muito diferentes de nós como estando incluídas na esfera do ‘nós’ (Rorty, 1989:192).*

Portanto, a solidariedade humana não deve ser vista como uma prioridade imediata sobre as nossas vontades privadas, mas a partir de uma compreensão de ser humano como um ser com diversos interesses privados e peculiares.

### **Referências Bibliográficas:**

Rorty,R. *Contingency, Irony and Solidarity*. New York: Cambridge University Press, 1989.

Rorty,R. *Pragmatismo: A filosofia da criação e da mudança*. Organizadores Antonio Magro Pereira e Cristina Magro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.